

UNIDADE 6

Temas de Sociologia e cotidiano

6



Objetivos de aprendizagem

- Ampliar a concepção sociológica a respeito de temas importantes da sociedade contemporânea.
- Compreender o processo de globalização da sociedade contemporânea e suas influências na vida cotidiana.
- Identificar as correlações existentes entre os problemas da desigualdade e dos antagonismos sociais e o processo de globalização.
- Entender a influência da educação e da mídia nas concepções de mundo da sociedade contemporânea.
- Identificar perspectivas e projeções para a vida social cotidiana das próximas décadas, a fim de buscar uma preparação mais consistente e adequada para melhor enfrentar os desafios da sociedade globalizada.



Seções de estudo

- Seção 1** Globalização: blocos de integração econômica e política - regionalismo, transmigração, democracia, cidadania e responsabilidade social.
- Seção 2** Desigualdade: pobreza, exclusão e o desafio da inclusão.
- Seção 3** Violência: crime como desvio, crime organizado e segurança pública.
- Seção 4** Agrupamentos ou grupos sociais: agregados sociais, movimentos sociais.
- Seção 5** Educação: mudanças no papel da educação, privatização da educação.
- Seção 6** Mídia e as comunicações de massa: jornais, televisão e internet.



Para início de estudo

Nesta unidade, você terá a oportunidade de desenvolver algumas reflexões a respeito de conceitos e problemas que envolvem a sociedade contemporânea. Algumas questões abordadas, à primeira vista, poderão parecer complexas e distantes, porém, ao mergulhar nas discussões você perceberá a proximidade e pertinência de tudo.

A sociedade contemporânea está passando por um processo acelerado de globalização, que de alguma maneira modifica nossa vida, nossas concepções, nossos valores, nossos princípios, nossa cultura. Tudo isto como parte do processo da dinâmica de mudanças e transformações, mais presentes hoje do que em toda a história do ser humano.

É sempre um desafio compreender as interações cotidianas, os processos grupais e toda uma série de dinâmicas interativas que constroem a realidade dos lugares, dando-lhe formas específicas, um conteúdo, um corpo. O cotidiano é também o espaço no qual o mundo acontece, é nele que as relações ocorrem de um modo peculiar, em que homens e mulheres constroem e reconstróem a vida social.

É no contexto desse mundo globalizado que você está sendo desafiado a pensar nos problemas e questões deste tempo como algo que pertence a você, que de algum modo o apresenta aos mais variados desafios. Com certeza, o mais importante é entender-se nesse mundo para garantir um espaço individual e coletivo para nele poder viver. Como o conhecimento constitui a base mais sólida e segura como perspectiva de sobrevivência, o estudo é um dos caminhos.

Seção 1 - Globalização: blocos de integração econômica e política - regionalismo, transmigração, democracia, cidadania e responsabilidade social

Globalização

Provavelmente, você já deve ter ouvido muitas referências à globalização, mesmo não sabendo exatamente o que ela significa, não é mesmo?

É que o conceito de globalização é um dos que foram mais utilizados nos últimos anos, em debates políticos, nos negócios e nos meios de comunicação. Há dez anos, o termo era praticamente desconhecido. A globalização significa que, cada vez mais, estamos vivendo em um único mundo, onde os indivíduos, os grupos e as nações tornam-se mais interdependentes.



Os sociólogos usam o termo globalização para referirem-se àqueles processos que estão intensificando as relações e a interdependência sociais globais. É um fenômeno social com vastas implicações.

A expressão “globalização” tem sido utilizada, mais recentemente, num sentido marcadamente ideológico - assiste-se no mundo inteiro um processo de integração econômica, caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais e pelo abandono do estado de bem-estar social.

Esta é uma das razões dos críticos acusarem a globalização de ser responsável pela intensificação da exclusão social (com o aumento do número de pobres e de desempregados) e de provocar crises econômicas sucessivas, arruinando milhares de poupadores e de pequenos empreendimentos. (SCHILLING, 2006).

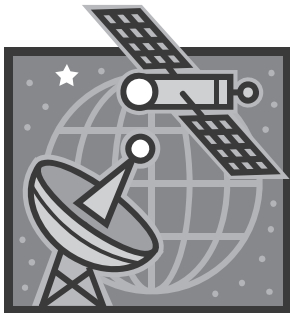
A globalização não deve ser entendida apenas como o desenvolvimento de redes mundiais, sistemas sociais e econômicos que estão distantes de nossas preocupações individuais. É também um fenômeno local que afeta a todos nós no nosso dia-a-dia.

Para simplificar, podemos dizer que os efeitos da globalização refletem-se nas prateleiras dos supermercados. É fácil de se perceber que está ocorrendo um enorme crescimento na quantidade e na diversidade de produtos, produzidos em mais de uma centena de países diferentes, disponíveis num mesmo local. Os rótulos dos produtos representam essa nova **diversidade** geográfica e cultural.

Você já parou para observar este processo? Convidamos você a prestar atenção nele!

Falar na globalização significa perceber que cada vez mais estamos vivendo em um único mundo, onde indivíduos, grupos e nações tornam-se mais interdependentes. A globalização é criada pela convergência de fatores políticos, sociais, econômicos e culturais. Foi impulsionada pelo desenvolvimento de tecnologias da informação e da comunicação que intensificaram a velocidade e o alcance da interação entre as pessoas ao redor do mundo. (GIDDENS, 2005).

Com os avanços da tecnologia, houve uma profunda transformação na abrangência e na intensidade dos fluxos das telecomunicações. A tecnologia a cabo tornou-se mais eficiente e menos dispendiosa, o desenvolvimento de cabos de fibra ótica tem expandido o número de canais transmitidos.



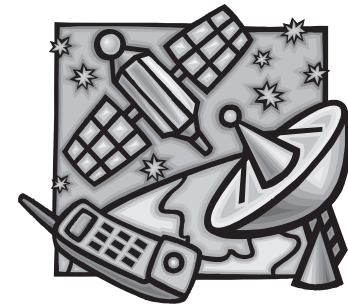
A comunicação por satélite também foi importante para a disseminação das comunicações internacionais. Hoje, há uma rede de mais de 200 satélites instalados para facilitar a transferência de informação em todo o mundo. A globalização tem reflexos na nossa vida cotidiana, mesmo que às vezes nem nos demos conta.

A internet surgiu como o instrumento de comunicação que teve o maior crescimento em todos os tempos. Duas pessoas situadas em lados opostos do planeta, além de conversarem em tempo real, podem enviar documentos, fotos, imagens, tudo com a ajuda

do satélite. Cada vez mais, pessoas estão se conectando através dessas tecnologias, mesmo em lugares que antes eram isolados.

A economia global não é mais predominantemente agrícola ou industrial, mas cada vez mais ganha força a atividade virtual. Essa economia é a única que tem a sua base na informação, como é o caso dos *softwares* de computador. Esse novo contexto da economia tem sido descrito como sociedade pós-industrial, era da informação, economia da informação, revolução da microeletrônica e da informática.

Isto está relacionado a uma base crescente de consumidores, tecnologicamente aptos e que integram em seus cotidianos os novos avanços da computação, entretenimento e telecomunicações.



Para serem mais competitivos nas condições globalizantes, os negócios e as corporações reestruturam-se a fim de ganharem flexibilidade, fazem parcerias, e a participação nas redes de distribuição globais tornou-se essencial para se fazer negócios em um mercado em constante mudança.

Os indivíduos estão agora mais conscientes de sua conectividade com os outros e mais propensos a se identificarem com questões e processos globais do que no passado. Como membros de uma comunidade global, as pessoas percebem cada vez mais que a responsabilidade social não pára nas fronteiras nacionais, mas se estende além delas. Os desastres e as injustiças que as pessoas enfrentam do outro lado do globo não são somente infortúnios que devem ser suportados, mas motivo para ação e intervenção. (GIDDENS, 2005).



A globalização está mudando o modo como vivemos no mundo e também a maneira como nós vemos o mundo. Nos tornamos mais conscientes de nossas ligações com os povos de outras sociedades e dos diversos problemas que o mundo enfrenta.

Há uma percepção crescente de que a comunidade internacional tem a obrigação de agir nas situações de crise, para proteger o bem-estar físico e os direitos humanos das pessoas que vivem sob ameaças. No caso de desastres naturais, tais intervenções assumem forma de auxílio humanitário e de assistência técnica. Nos últimos anos têm ocorrido solicitações cada vez maiores por intervenções em casos de guerra, de conflito étnico e de violação dos direitos humanos.

Na perspectiva global, as pessoas estão buscando outras alternativas para formularem o seu senso de identidade, para além do estado-nação. As identidades culturais locais estão vivenciando poderosos ressurgimentos, isto é, se por um lado está havendo a diminuição da importância das fronteiras geográficas entre as nações, por outro lado, está havendo um fortalecimento das culturas e identidades locais ou regionais. (GIDDENS, 2005).

No processo de globalização econômica, o papel das corporações transnacionais é particularmente importante. São empresas que produzem bens ou serviços comerciais em mais de um país. Podem ser pequenas, com uma ou duas fábricas fora do país-sede, ou gigantescas empresas internacionais, conhecidas no mundo todo.



Você não precisa fazer muito esforço para identificar pelo menos dez marcas de empresas transnacionais, certo?

As empresas transnacionais estão no centro da globalização econômica, pois contabilizam dois terços de todo o comércio mundial e são instrumentais na difusão de novas tecnologias, são os alicerces do mundo econômico contemporâneo.

A economia eletrônica também é outro fator importante. Os bancos, as corporações, as administradoras de fundos e os investidores são capazes de transferir fundos internacionais com um toque no *mouse*. Essa nova habilidade traz consigo também grandes riscos. A transferência de grandes quantias de capital pode desestabilizar economias, desencadeando crises financeiras internacionais, como a que aconteceu com os “tigres asiáticos” no final do século passado.

O processo de globalização e integração econômica tem na formação dos blocos regionais o elemento dinâmico “construtivo” do atual movimento de reordenação das relações internacionais, rumo a uma Nova Ordem Global. Ela tem sido apresentada como um fenômeno de abertura simultânea das economias nacionais, gerando como resultado uma mundialização homogeneizada.



Contudo, a globalização é seletiva, pois visa a determinadas regiões, atividades e segmentos sociais a serem integrados mundialmente. Enquanto certas áreas e grupos são integrados globalmente, outros são excluídos desta gigantesca transformação, conduzindo a uma diversificação cada vez maior do espaço mundial e agravando a concentração de riqueza em termos nacionais e sociais.(GIDDENS, 2005).

O processo produtivo mundial é formado por um conjunto de umas 400 a 450 grandes corporações (a maioria delas produtora de automóveis, ligadas ao petróleo e às comunicações), que têm seus investimentos espalhados pelos cinco continentes. A nacionalidade delas é majoritariamente americana, japonesa, alemã, inglesa, francesa, suíça, italiana e holandesa. Elas detêm o monopólio da tecnologia e seus orçamentos, estatais e privados, dedicam imensas verbas para a ciência pura e aplicada. (SCHILLING, 2006).

Politicamente, a globalização recente caracteriza-se pela crescente adoção de regimes democráticos. Neste processo de universalização da democracia, diminuíram as barreiras discriminatórias de exclusão motivada por sexo, raça, religião ou ideologia, acompanhado por uma sempre ascendente padronização cultural e de consumo.

Enquanto no passado os instrumentos da integração foram a caravela, o barco à vela, o barco a vapor e o trem, seguidos do telégrafo e do telefone, a globalização recente se faz pelos satélites e pelos computadores ligados na internet.

Se antes foram martirizados africanos e indígenas e explorou-se a classe operária fabril, hoje são utilizados o satélite, o robô e a informática, abandonando a antiga dependência do braço em favor do cérebro, elevando o padrão de vida para patamares de saúde, educação e cultura até então desconhecidos pela humanidade.

Recentemente, a Rússia passou a integrar o seleto grupo dos países mais ricos do mundo, agora o grupo é conhecido como G8.

O domínio da tecnologia por um seleto grupo de países ricos abriu um fosso com os demais, talvez o mais profundo em toda a história conhecida. Segundo Schilling (2006), os países-núcleos da globalização (os integrantes do **G-7**) encontram-se distantes, em qualquer campo do conhecimento, anos-luz dos países do Terceiro Mundo (atualmente referidos como países em desenvolvimento ou países emergentes).

O autor apresenta alguns dados para facilitar o entendimento do quadro de exportação de produtos da vanguarda tecnológica: microeletrônica, computadores, aeroespaciais, equipamento de telecomunicações, máquinas e robôs, equipamento científico de precisão, medicina e biologia e químicos orgânicos. Os EUA são responsáveis por 20,7%; a Alemanha, por 13,3%; o Japão, por 12,6%; o Reino Unido, por 6,2%; e a França, por 3,0%; logo, apenas estes cinco países detêm 55,8% da exportação mundial.

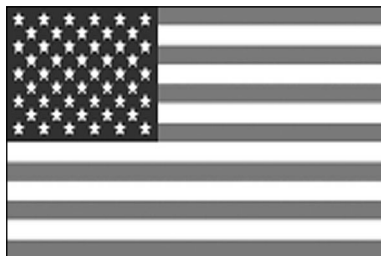


Figura 16: Bandeira dos EUA

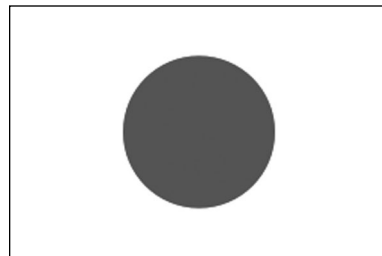


Figura 17: Bandeira do Japão



Figura 18: Bandeira do Peru

Ninguém tem a resposta nem a solução para atenuar este abismo entre os ricos do Norte e os pobres do Sul, que só se ampliou nas últimas décadas.

- Você teria algumas propostas de ações para isso?
- Já pensou sobre esses dois lados do processo de globalização?

Blocos de integração econômica e política

Você deve ter percebido, pelo que foi apresentado até agora, que a globalização é um processo inevitável, gostemos ou não, concordemos ou não. A verdade é que nos deparamos com aspectos desse processo todos os dias. Podemos dizer que as pessoas de todos os continentes estão de olho nas perspectivas para o futuro próximo.

Neste contexto da globalização estão surgindo ou se consolidando os chamados blocos de integração econômica e política. Esses blocos estão permeados de uma problemática nova, envolvendo questões que provocam reflexões nas mais variadas áreas da ciência.



Nem todas são novas, mas se apresentam com novas dimensões, como o regionalismo, a transmigração, a democracia, a cidadania e a responsabilidade social.

A formação dos blocos caracteriza aquilo que os sociólogos denominam de regionalismo, entendido mais como um programa de integração. O regionalismo é uma opção de construção de um projeto regional, é a idéia de coesão econômica e social que deve estar vinculada à idéia de integração. Também está vinculada a idéia da democracia como processo que tende a conjugar liberdade e igualdade, respeito das autonomias e busca de coesão econômica e social.

Mas há várias questões que preocupam os pesquisadores, relacionadas à defesa dos direitos democráticos. Em primeiro lugar, há a questão da legitimidade. Os tratados são desconhecidos pela população. Mesmo os especialistas não conhecem, por exemplo, o Tratado da União Européia, devido a sua complexidade. Então, para o cidadão isso é ainda mais difícil e origina desconfiança e certo estranhamento.

Quando o Parlamento (Congresso) tem que votar, ratificar, ou quando vai para um referendo, um plebiscito envolvendo toda a população, o cidadão muitas vezes acaba participando porque acha que o custo de não participar é muito alto, mas não tem exata consciência sobre o que está votando quando vota a favor de um tratado ou uma formação de bloco.

Para combater essa questão da complexidade do sistema, na União Européia, iniciou-se uma discussão do Projeto para conseguir um processo mais democrático, uma carta que garantisse aos cidadãos o respeito dos seus direitos de cidadania.

Com a formação dos mercados regionais ou intercontinentais (Nafta, Unidade Européia, Comunidade Econômica Independente [a ex-URSS], o Mercosul, o Japão com os tigres asiáticos) e com a conseqüente interdependência entre eles, assentam-se as bases para os futuros governos transnacionais que, provavelmente, servirão como unidades federativas de uma administração mundial a ser constituída.

É bem provável que ao findar o século XXI, talvez até antes, a humanidade conhecerá um governo universal atingindo, assim, o sonho dos filósofos estóicos do homem cosmopolita, aquele que se sentirá em casa em qualquer parte da Terra. (SCHILLING, 2006).

Uma manifestação desta situação foi a rápida formalização de novos processos de integração, como o Mercosul e o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), bem como o aprofundamento da União Européia e o estabelecimento de alianças entre alguns em detrimento de outros.

A Comunidade Européia (CE), por meio do Tratado de Maastrich, avançou seu processo de integração em 31 de dezembro de 1992, tornando-se União Européia (UE). Em 1º de janeiro de 1995, a Áustria, a Finlândia e a Suécia aderiram à UE.

A UE constitui o processo de integração supranacional mais avançado e institucionalizado, cujas origens remontam ao início dos anos 50. Desta forma, a integração oeste-européia esteve intimamente associada à Guerra Fria. Justamente quando o processo de integração atingia seu ápice, a Guerra Fria encerrou-se.



Figura 19: Bandeira de 12 Estrelas - Símbolo da União Européia.

Fonte: <http://europa.eu/abc/symbols/emblem/index_pt.htm>

A queda dos regimes socialistas do Leste Europeu e a desintegração da própria União Soviética introduziram fortes elementos de instabilidade para a integração da UE: migrações, fragilidade político-social, conflitos nacionalistas e desequilíbrios macroeconômicos. O próprio modelo de integração voltou a ser questionado, a partir dos seguintes parâmetros:

- Qual o grau de integração?
- Uma Europa das Nações ou das regiões? Ou apenas uma ampla área de livre comércio como querem os conservadores ingleses?
- O que fazer em relação aos pedidos de adesão dos países do Leste Europeu?
- Como criar uma diplomacia, uma política de defesa e uma moeda comuns?

Ao lado das novas incertezas que desafiam aquele que constituiu um dos modelos mais respeitados de integração, a própria situação interna da UE requer respostas urgentes: ascensão da xenofobia, nacionalismos, extrema-direita, tudo isto em meio a elevadas taxas de desemprego e ao visível desgaste dos sistemas políticos.

Dilemas como o alargamento ou não da integração ao leste do continente (que poderá ampliar a UE para 20 ou 30 membros em uma década) são cruciais não apenas para o velho continente como, também, para o âmbito internacional. Um dos problemas consiste no fato de os novos países carecerem de ajuda externa, o que sobrecarregará os recursos da UE destinados a finalidades sociais.

Dentre os países que, possivelmente, possam reunir-se à UE encontram-se as adesões já aprovadas da Polônia, Hungria, República Tcheca, Estônia e Eslovênia, estando em estudo, ainda, as solicitações de Chipre, Letônia, Lituânia, Eslováquia, Romênia, Bulgária e Turquia. Suíça, Islândia, Noruega, Malta e Croácia, possivelmente, virão a se juntar, um dia, à União Européia. Outras adesões, além dessas, são mais problemáticas e imprevisíveis. (SCHILLING, 2006).

Hoje, a UE vê-se atropelada por um somatório de desafios para os quais não tem uma resposta articulada e, menos ainda, forças para enfrentá-los simultaneamente. Isto inclui, também, os aspectos sociais.

No continente americano, a criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul), em 1991, articulou um pólo relativamente autônomo na América do Sul, apesar do perfil neoliberal do processo de integração. Mesmo este avanço parece ameaçado, internamente pela recessão vigente nos países-membros e externamente pela possibilidade do estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta pelos Estados Unidos.

O Mercosul foi criado por meio do Tratado de Assunção, na integração entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. No decorrer do processo, o objetivo brasileiro tornou-se mais ousado: a criação de uma Área de Livre Comércio Sul-americana (ALCSA), como forma mais eficaz de negociar a inserção numa ordem mundial dominada pelos mega-blocos do hemisfério Norte, bem como contrabalançar o efeito de atração exercido pelo NAFTA sobre alguns países da América do Sul, como o Chile.

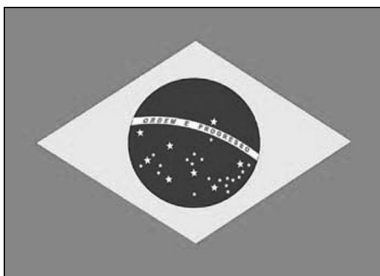


Figura 20: Bandeira do Brasil



Figura 21: Bandeira da Argentina

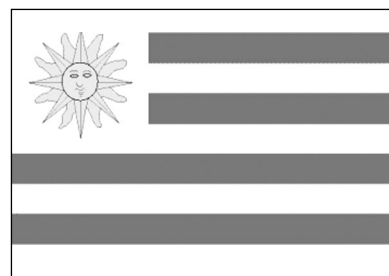


Figura 22: Bandeira do Uruguai

Através da integração com os países vizinhos, além de benefícios econômicos mais imediatos, a base regional se reforçaria como forma de incrementar a participação do Brasil e de seus parceiros platinos no plano mundial. Neste sentido, o Mercosul não constituía um fim em si mesmo, nem o aspecto comercial constituía o objetivo essencial, apesar do discurso oficial, mas fazia parte de um projeto mais abrangente.



Quando os EUA anunciaram a criação do NAFTA, o Brasil reagiu lançando, em 1993, a iniciativa da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americana) e estabelecendo com os países sul-americanos e africanos a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS), em uma estratégia de círculos concêntricos a partir do Mercosul.

Em dezembro de 1994, na reunião de cúpula de Miami, o presidente Clinton retomou a proposta da criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Face ao avanço da estratégia norte-americana, o Mercosul iniciou negociações com a União Européia, que culminaram com a assinatura do primeiro acordo interblocos econômicos de cooperação União Européia e Mercosul, assinado em Madrid em dezembro de 1995.

Não se trata apenas da constante ampliação das relações comerciais intramercosul, mas também de integração geográfica e social. Hoje, existe também uma integração pela base, em que interagem novos atores sociais e políticos, como é o caso dos contatos cada vez mais intensos de sociedade a sociedade. O Mercosul tem como objetivo implícito a manutenção de uma base industrial dentro de seu território, criando condições para que as empresas transnacionais permaneçam atuando.

A estratégia brasileira de criar um espaço econômico com relativa margem de iniciativa autônoma na América do Sul ampliou-se com a associação da Bolívia e do Chile e as relações crescentes com os países andinos e a África do Sul. Além dos pequenos avanços, os acordos do Mercosul com outras áreas da Europa e da Ásia Oriental inquietam sobremaneira os Estados Unidos.



De qualquer maneira, a criação da ALCA traria enormes prejuízos para a economia brasileira. Por esta razão, os empresários brasileiros têm sido frontalmente contra a iniciativa, muito mais do que o próprio governo.

Para Schilling (2006), é indispensável a implantação de reformas sociais de caráter redistributivo de renda, criando uma economia de escala ainda maior. Esta é uma tarefa que, muito provavelmente, possa ser enfrentada por governos populares, comprometidos com projetos nacionais e regionais de desenvolvimento. O **Mercosul** constitui um bom começo para articular-se uma nova inserção internacional nos países sul-americanos. Mas é só um começo.



Os grandes problemas devem ser enfrentados primeiramente no âmbito interno, única maneira de potencializar as possibilidades contidas na integração regional.

Dentro desta lógica, e confrontando-se com a integração européia, desde fins dos anos 80, os EUA aprofundam e institucionalizam formas de cooperação com o Canadá e o México, que culminaram em 1º de janeiro de 1994 com a assinatura do Acordo de Livre Comércio da América do Norte, ou NAFTA.

As economias desses três países sempre funcionaram de forma associada em vários níveis. No Canadá, os capitais dos EUA sempre encontraram uma vasta reserva de recursos naturais. Quanto ao México, trata-se da existência de grande quantidade de mão-de-obra barata, de um considerável mercado consumidor, além da questão dos imigrantes.

A presença do México no NAFTA não apenas obriga o país a controlar sua emigração rumo aos EUA, como a conter àquela que provém da América Central e do Sul através de seu território. Assim, o país representa também uma zona tampão entre os

Estados Unidos e o Terceiro Mundo, do lado externo da cerca e muro (literalmente) que servem de fronteira entre os dois países. Obviamente, o México possui importantes recursos naturais, especialmente petróleo.

A criação do NAFTA, segundo Schilling (2006), permitiu aos Estados Unidos a articulação de um espaço regional de manobra para a reconversão de sua economia, em um quadro de dificuldades para o livre comércio no plano mundial e da articulação de outros blocos rivais.

Por um lado, o bloco norte-americano representa um importante instrumento para as relações econômicas com a União Européia. A peça chave tem sido a pressão dos EUA para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio do Atlântico Norte, que se tornaria uma equivalente econômica da OTAN. Por outro lado, o NAFTA estabelece um elemento de atração para a construção de uma Comunidade Transpacífica, sobretudo através da APEC (Instituição de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico).

Na busca do fortalecimento da ascendência dos EUA sobre a Ásia, a peça central é a atração do Japão para uma cooperação mais íntima com o NAFTA, por meio da criação dessa Comunidade.

A questão é que a ALCA é necessária para os objetivos de longo prazo dos EUA, como forma de controlar o Mercosul, impedindo sua autonomia e bloqueando sua associação com outros blocos (especialmente União Européia e Ásia), bem como tornando irreversíveis os planos de ajuste implementados ao longo da década.



Segundo Vizentini (2005), o interesse crescente que desperta o Mercosul, não só na América do Sul e no Caribe, mas também na Europa, no Japão e na China, é (por nós) percebido como uma ameaça aos interesses comerciais e à própria liderança dos Estados Unidos no hemisfério.

Os mercados ao sul, representam um elemento vital para a recuperação da economia dos EUA e da rearticulação de sua liderança e tende a crescer, conforme as projeções do comércio internacional. Neste sentido, a rejeição do Mercosul à ALCA deve-se essencialmente ao fato de que seu objetivo é percebido como sendo o de afastar os rivais extra-continentais e manter o Brasil alinhado à estratégia norte-americana.

O Mercosul, segundo Vizontini (2005), precisa manter e aprofundar a cooperação com a UE. O interesse europeu cresceu com as privatizações brasileiras na área de telecomunicações, bancos, transporte e petróleo, por exemplo. Além disso, a UE passou a destinar sua ajuda não mais aos países pobres, mas às regiões pobres, o que torna países como Brasil e Argentina ainda receptores de ajuda externa européia.

O velho continente deseja, evidentemente, manter o nível de vida elevado de suas populações e evitar um incremento perigoso das tensões sociais, para isto, deverá desenvolver uma maior, mais ousada e mais autônoma participação na política mundial. Embora a Ásia constitua a região de maior crescimento econômico do planeta, a União Européia é o ator internacional mais envolvido com as questões hemisféricas e tem capacidade de influenciar na integração continental.

No que concerne à reestruturação da economia mundial, a UE teria mais interesse em privilegiar as relações com o Mercosul, tanto pelas vantagens bilaterais desta relação, como pela possibilidade paralela de criar obstáculos à projeção do NAFTA sobre a América do Sul. O fortalecimento dos vínculos entre a Europa e a América do Norte, na presente conjuntura, traria mais prejuízos do que benefícios aos europeus, que teriam de se submeter a novos padrões de inserção internacional definidos pelos EUA, numa perspectiva que lhes seria desfavorável.

Para Vizontini (2005), a UE, como o Mercosul, possui uma limitada margem de manobra estratégica frente aos Estados Unidos. A afirmação de uma linha política mais autônoma por parte dos dois primeiros só será possível se as tensões sociais e econômicas internas a ambos atingirem um ponto insuportável, conduzindo-os a uma reação maior.

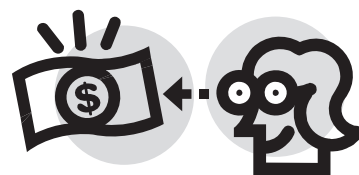
Considerando a evolução do cenário mundial nos últimos anos, particularmente as relações dos EUA com a UE, é bem possível que mesmo sem conseguir implementar a integração hemisférica, Washington venha a lançar mão de outras formas de pressão que inviabilizem uma cooperação mais estreita entre UE e Mercosul.

Você deve ter percebido, nesta seção, que há uma complexidade de elementos que estão relacionados à globalização e aos processos de constituição dos blocos políticos e econômicos. Mesmo que aparentemente se tratem de questões distantes, elas afetam de alguma maneira a nossa vida cotidiana, com grande tendência de ser mais enfática nas próximas décadas.

Seção 2 - Desigualdade: pobreza, exclusão e o desafio da inclusão

Você já pensou em ter um milhão de dólares? O que faria com o dinheiro? Se você gastasse 1000 dólares por dia, demoraria 3 anos para gastar o montante!

E um bilhão de dólares, gostaria de ter esse montante? Sabe quantos anos teria de viver para gastar 1 mil dólares por dia?



De acordo com Bryan (2006), você teria de viver por mais de três mil anos para poder gastar 1 bilhão de dólares. No Brasil, no ano de 2003, de acordo com a Revista Forbes, a pessoa que obteve maior rendimento ganhou 4,7 bilhões de dólares!

Contrastando com esse montante, o nosso salário mínimo foi de aproximadamente US\$ 115 ao mês, ou US\$ 1,500 ao ano! Faça as contas e verá que o salário mínimo era quase três milhões de vezes menor do que o rendimento mais alto no Brasil.



Podemos diferenciar renda e riqueza. Enquanto renda é o que você recebe em determinado período, riqueza é o patrimônio que você possui em bens, como imóveis, carro, aplicações financeiras, etc.

É pouco freqüente o estudo sociológico sobre a riqueza, e no Brasil dispomos de poucos dados sobre a riqueza da população. Mesmo sendo um dado obtido pela Receita Federal, ele não está disponível para pesquisadores, assim, é difícil estabelecermos a diferença entre os mais ricos e os mais pobres.

Com a renda, a situação é um pouco diferente. De acordo com Bryn (2006), as fontes mais utilizadas para descobrirmos a renda dos brasileiros são: a PNDA (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares). Além de diferentes indicadores para medir a pobreza, há diferentes interpretações do que ela seja.

Os sociólogos costumam utilizar duas abordagens diferentes: pobreza absoluta e pobreza relativa. De acordo com Giddens (2005, p.255):

[...] **pobreza absoluta** fundamenta-se na idéia da subsistência – as condições básicas que devem ser preenchidas para que se mantenha uma existência fisicamente saudável. Quem carece dessas necessidades fundamentais para a existência humana – como alimento suficiente, abrigos e roupas – é classificado como indivíduo que vive na pobreza. O conceito de pobreza absoluta é visto como universalmente aplicável.

[...] Porém, nem todos aceitam a idéia de que um tal padrão possa ser identificado. De acordo com essas pessoas, seria mais apropriado empregar o conceito de **pobreza relativa**, o qual relaciona a pobreza ao padrão de vida geral predominante em uma sociedade específica. Os defensores do conceito de pobreza relativa acreditam que a pobreza seja definida culturalmente, não devendo ser medida segundo um padrão universal de privação.

Não há um consenso entre pesquisadores e instituições sobre o número de pobres no Brasil. Para o Programa governamental Fome Zero há, no Brasil, 46 milhões de brasileiros pobres; para o IPEA (Instituto de Pesquisas Aplicadas), esse número chega a 56,9 milhões; e, ainda, para a socióloga Sônia Rocha, o número de pobres no Brasil é de 34,8 milhões.



Você sabia ?

Que para o cálculo do número de pobres são estabelecidas linhas de pobreza que obedecem a critérios distintos. O IPEA define 24 linhas de pobreza, segundo a região.

A linha de pobreza que assume o valor mais alto refere-se a Porto Alegre: são considerados pobres aqueles que têm renda familiar *per capita* inferior a R\$ 149,50. O valor mais baixo, relativo à zona rural de Minas Gerais, corresponde a R\$ 79,00 – isto é, são pobres os habitantes daquela região que têm uma renda *per capita* inferior àquele valor. Já no programa Fome Zero, são definidas 19 linhas que variam entre R\$ 71,53 (corresponde à zona rural do Nordeste) e R\$ 94,77 (corresponde a Salvador).

A socióloga Sônia Rocha (2004), por sua vez, define 24 linhas que variam de R\$ 142,54 (cidade de São Paulo) a R\$ 35,13 (zona rural do Nordeste). (Bryn, 2006, p.181)

Em todas as estimativas, o número de pobres no Brasil é assustador. Outro dado preocupante é em relação à distribuição de renda. Segundo dados do IPEA, no ano de 2000, 68,06% de toda a renda gerada no Brasil foram destinados aos 20% dos brasileiros mais ricos. Na linha oposta da abundância estão os 20% mais pobres que ficaram com 1,5% da renda nacional total.

Para dimensionarmos essa má distribuição de renda, vamos pensar que o Produto Interno Bruto do Brasil (PIB) fosse medido em sanduíche do McDonald's, o Big Mac. Vamos supor que, por ano, o PIB brasileiro fosse de 1000 Big Macs. Como afirmamos, os 20% mais ricos ficariam com 68,06%, ou seja, essa parcela da população comeria 680 sanduíches. Já os 20% mais pobres comeriam apenas 15 sanduíches.



Esses dados fazem do Brasil um dos países com mais desigualdades no mundo. Outro dado alarmante é que a distribuição de renda no Brasil tem se tornado cada vez mais desigual. E mais, enquanto a distribuição de renda piora, a riqueza se amplia, ou seja, nos últimos 40 anos o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou e a distância entre os mais ricos e os mais pobres.

Mas por qual motivo há tanta desigualdade e tanta pobreza? Será que é possível explicar a pobreza?

Vários teóricos procuram apontar as causas da pobreza na sociedade contemporânea. Giddens (20005, p.260) agrupa dois grupos de teorias que tentam explicar esse fenômeno: as teorias que responsabilizam os pobres pela própria pobreza e as teorias que concebem a pobreza como algo produzido e reproduzido por forças estruturais da sociedade capitalista.

Em outras palavras, teorias que responsabilizam a vítima ou teorias que responsabilizam o sistema.



Qual a sua posição a respeito disso? Com qual das concepções apresentadas você concorda?

Registre sua posição a respeito e argumente sua resposta.

As teorias que responsabilizam a vítima existem há bastante tempo. Já no século XIX pregava-se que a pobreza era resultado de patologia ou inadequação dos indivíduos. Nesse período, era comum acreditar que os pobres eram incapazes de prosperarem na sociedade por incapacidade moral ou psíquica. Mais recentemente, as explicações foram buscadas no estilo de vida dos pobres. Ou seja, os pobres eram pobres por ter hábitos e atitudes que não os levavam a “subir na vida”.

As abordagens que procuram, em processos sociais mais amplos, as causas da pobreza acreditam que as forças estruturais, como classe, gênero, realização em termos educacionais, dentre outras, modelam a maneira da renda ser distribuída.

Afirmam que a situação dos pobres é consequência de situações restritivas e não a sua causa. E para diminuir a pobreza não se devem propor mudanças individuais/comportamentais, mas mudanças políticas que levem à distribuição de renda mais igualitária para toda a sociedade.

a) Exclusão econômica

Indivíduos e comunidade podem ser excluídos da economia no que diz respeito à produção e ao consumo. Quanto ao aspecto da produção, o emprego e a participação no mercado de trabalho são centrais para a inclusão.

Em comunidades que apresentam altas concentrações de privação material, é menor o número de pessoas que trabalham em tempo integral, e as redes informais de informações, capazes de auxiliar os desempregados a ingressarem no mercado de trabalho, são ineficientes. As taxas de desemprego são, com frequência, altas, e as oportunidades ocupacionais são, de modo geral, limitadas.

A exclusão da economia também pode se dar em termos de padrão de consumo, ou seja, com relação ao que as pessoas consomem e utilizam em sua vida diária. A falta de um telefone pode contribuir para a exclusão social. [...] Não possuir uma conta bancária é outro sinal de exclusão social [...].

SEGUE ►

b) Exclusão política

A participação popular e contínua na política é o alicerce dos estados democráticos liberais. Os cidadãos são estimulados a manterem uma atitude consciente quanto às questões políticas, a levantarem sua voz em apoio ou protesto, a contatarem seus representantes eleitos para assuntos importantes, a participarem do processo político em todos os níveis.

Porém, uma participação política ativa pode estar fora do alcance dos indivíduos socialmente excluídos, a quem podem faltar as informações, as oportunidades e os recursos necessários para o envolvimento no processo político. [...] As vozes e necessidades dos socialmente excluídos não conseguem ser incorporadas às agendas políticas.

c) Exclusão social

A exclusão também pode ser sentida no domínio da vida social e comunitária. Áreas que sofrem com alto grau de exclusão social podem contar com instalações comunitárias limitadas, como parques, quadras de esporte, centros culturais e teatros.

Os níveis de participação cívica são, muitas vezes, baixos. Além disso, famílias e indivíduos excluídos podem ter menos oportunidades de lazer, viagens e atividades fora de casa. A exclusão social pode significar uma rede social limitada ou frágil, que leva ao isolamento e a um contato mínimo com os outros. (GIDDENS, 2005, p. 265)

Exclusão e inclusão social

Alguns teóricos, sobretudo europeus, têm preferido utilizar o conceito de **exclusão social**, como substituto a classe baixa ou pobres. Inicialmente, o termo “exclusão social” foi adotado por políticos e usado por sociólogos para se referirem a novas formas de desigualdade social, para além da questão meramente econômica.

A exclusão social refere-se à possibilidade do indivíduo ficar sem o envolvimento total na sociedade. Os teóricos que vêm utilizando esse conceito afirmam que ele é mais abrangente do

que o de “classe baixa”, exatamente por enfatizar os processos e mecanismos de exclusão.

Para Giddens (2005, p. 265), a exclusão pode assumir várias formas, podendo ocorrer em áreas rurais isoladas ou bairros localizados em zonas urbanas decadentes. A **exclusão** e a **inclusão** podem ser analisadas sob os prismas econômico, social e político.

Vamos conhecer cada um deles?

A pobreza e a desigualdade social são problemas que persistem em todos os sistemas sociais na atualidade, a igualdade mostra-se difícil de ser atingida nesse sistema de livre-mercado.

Em vários países já houve tentativas, sobretudo por parte de políticos de esquerda, de erradicar a pobreza com mecanismos de redistribuição de riqueza. O Estado assistencialista e os altos níveis de tributação foram tentativas realizadas em vários países da Europa.

Infelizmente, essas tentativas não foram totalmente exitosas e a assistência muitas vezes não chega àqueles que precisam – tal como vivenciamos hoje no Brasil, com alguns dos projetos assistenciais do governo.



O conceito de igualdade também vem sendo alterado; já se luta pelo direito à diferença e respeito à diversidade de estilos de vida, buscando-se cada vez mais a igualdade de oportunidades.

Como apontamos anteriormente, as interpretações sobre desigualdade também vem sendo ampliadas, e podemos perceber que, apesar da desigualdade econômica permanecer, vemos que em alguns aspectos as sociedades estão mais igualitárias.

Como exemplos, temos: as mulheres hoje têm mais espaço na sociedade do que há tempos atrás, da mesma forma, vemos os avanços legais e sociais em relação a grupos minoritários.

Seção 3 - Violência: crime como desvio, crime organizado e segurança pública

3.1 Crime como desvio

Nesta seção, você entrará em contato com a problemática da violência presente nas situações de crime como um desvio social, o crime organizado e alguns indicativos para a segurança pública diante de tais desafios.

O crime e o desvio podem ser entendidos como resultado de tensões estruturais e de uma falta de regulação social dentro da sociedade. É que as aspirações e desejos não realizados dos indivíduos ou grupos produziram o desvio de alguns membros.

Para não nos distanciarmos dos sociólogos clássicos, vamos resgatar algumas idéias de Durkheim, que via o crime e o desvio como fatos sociais; acreditava ele que ambos fossem elementos inevitáveis e necessários nas sociedades modernas. Por serem menos constrangidas que as sociedades tradicionais, as pessoas da sociedade moderna têm mais espaço para a escolha individual, por isso, é inevitável que haja algum tipo de não-conformidade.

Segundo Durkheim, o desvio promove a manutenção da fronteira entre o bom e o mau comportamento na sociedade. Um evento criminoso pode provocar uma reação coletiva que aumenta a solidariedade em grupo e esclarece quais são as normas sociais. Por exemplo, os moradores de um bairro que estejam enfrentando problemas com traficantes de drogas podem se unir por causa de um tiroteio, e se comprometerem a conservar a área como livre de drogas.



Segundo Giddens (2005), as idéias de Durkheim a respeito do crime e do desvio exercem influência no sentido de deslocar a atenção das explicações individuais para as forças sociais, como anomia social.

O sociólogo norte americano Robert K. Merton, em meados do século passado, elaborou uma teoria altamente influente sobre o desvio, situando a fonte do crime dentro da própria estrutura da sociedade. Ele se refere à pressão imposta ao comportamento dos indivíduos quando as normas aceitas entram em conflito com a realidade social.

Na sociedade moderna, para este autor, os valores defendidos enfatizam o sucesso material, alcançado por meio da autodisciplina e dedicação ao trabalho. Conseqüentemente, as pessoas que trabalham duramente podem prosperar, independentemente de seu ponto de partida na vida.

Na verdade, sabemos que à maioria dos desfavorecidos são dadas apenas oportunidades convencionais e limitadas de ascensão. Além disso, aqueles que não chegam ao sucesso descobrem-se condenados a tal situação. Há neste contexto uma enorme pressão no sentido de tentar prosperar de qualquer maneira, seja ela legítima ou não. Logo, segundo Merton, o desvio seria um subproduto das desigualdades econômicas e da falta de oportunidades iguais.

As contradições existentes dentro da sociedade podem se apontadas como uma das principais causas do crime. Cohen (1995 apud GIDDENS, 2005) defendeu a idéia de que os meninos de classe baixa trabalhadora que estão frustrados com a sua situação de vida freqüentemente se unem a subculturas delinqüentes, como gangues, que rejeitam os valores da classe média.



Figuras 23 e 24: Cenas do filme Cidade de Deus.

Fonte:< http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/i_cinema_00001.shtml>

Filme que tem a direção de Fernando Meirelles (2002).

Retrata a experiência das pessoas que são moradoras da favela carioca chamada Cidade de Deus e que têm suas vidas entrelaçadas com as condições de pobreza, exclusão social e violência.

Os meninos que correm mais riscos são aqueles que internalizam valores da classe média, sendo estimulados a aspirarem a um futuro de classe média. Quando não conseguem cumprir suas metas, ficam predispostos à atividade delinqüente.

Estudos mostram que as gangues delinqüentes surgem em comunidades subculturais, nas quais as chances de alcançar o sucesso de maneira legítima são pequenas, como entre as minorias étnicas carentes.

Evidentemente existem pressões na direção de atividades criminosas também entre outros grupos sociais, como indicam os chamados crimes de colarinho branco, fraude e evasão fiscal. Também se pode dizer que alguns ambientes sociais tendem a estimular atividades ilegais, ao passo que outros não. Os indivíduos podem tornar-se delinqüentes pela aproximação de pessoas que têm condutas criminais.

Utilizando elementos do pensamento marxista, alguns pesquisadores defenderam a noção de que o comportamento desviante é uma escolha ativa dos indivíduos em resposta às desigualdades do sistema capitalista.

À medida que as desigualdades aumentam entre a classe dominante e a classe trabalhadora, a lei se torna um instrumento cada vez mais importante para que os poderosos mantenham a ordem. No entanto, os poderosos também infringem a lei, mas raramente são presos, mesmo que o conjunto desses crimes seja bem mais significativo do que a delinquência diária.



O crime ocorre em todos os níveis da sociedade, devendo ser entendido no contexto das desigualdades e dos interesses sociais concorrentes.

Hirschi (1969 apud GIDDENS, 2005) apontou quatro tipos de elos que ligam as pessoas à sociedade e ao comportamento que obedece à lei: apego, compromisso, envolvimento e crença. Quando são suficientemente fortes esses elementos contribuem na manutenção do controle social e da conformidade, fazendo com que as pessoas não estejam livres para desobedecer às regras. Isto sugere que a delinquência e o desvio são uma consequência de uma socialização inadequada em casa ou na escola.

Para alguns teóricos, o crescimento do crime é um efeito do aumento do número de oportunidades e alvos para o crime na sociedade moderna. À medida que a população enriquece, e o consumismo assume um papel mais central na vida das pessoas, artigos como televisores, equipamentos de vídeo, computadores, carros, roupas e jóias estilizadas são alvos preferidos dos ladrões. Transgressores motivados, interessados em cometer crimes podem escolher entre uma ampla variedade de alvos convenientes.

As residências estão ficando cada vez mais vazias durante o dia, em função do aumento do número de mulheres que trabalham fora de casa, o que facilita as investidas dos criminosos.

3.2 Segurança pública

Para dar resposta a essas mudanças e às novas necessidades de **segurança pública** nos últimos anos, muitas abordagens oficiais de prevenção têm se concentrado em limitar as oportunidades de ocorrência de crimes.

A idéia central é a do endurecimento em relação ao alvo, ou policiamento tolerância zero, dificultando a ocorrência de crimes. Por exemplo, leis que exigem trancas de volante em todos os carros novos para reduzir as oportunidades de furtos de carros, ou instalação de câmeras em locais públicos estratégicos.



Figura 25: Cena do Filme Cidade de Deus

Fonte: Fonte:< http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/i_cinema_00001.shtml>

Segundo Marcineiro e Pacheco (2005), a segurança pública pode ser entendida como o estado sem delito, que resulta da observância dos preceitos pelos códigos penais comuns e pela lei de contravenções penais, com ações de polícia repressiva ou preventiva típicas, afastando-se, assim, por meio de organizações próprias, de todo o perigo, ou de todo o mal que possa afetar a ordem pública em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade das pessoas.

A melhor política de segurança pública é aquela que adota medidas práticas para controlar a habilidade do criminoso de cometer crimes.

Para garantir melhor segurança pública, há necessidade de mudanças nos procedimentos do policiamento e um envolvimento mais constante das comunidades com as questões relacionadas a ela.

Para se chegar à inferência de um policiamento comunitário, é necessário utilizar uma estratégia organizacional consistente, capaz de reduzir os crimes e o medo do crime, e transformar-se numa grande oportunidade para firmar-se nas bases das comunidades, como instituição imprescindível à sua proteção e desenvolvimento.

Paralelamente à segurança pública, há uma crescente popularização dos serviços de segurança privados, dos alarmes para carros e casas, dos cães de guarda e das comunidades gradeadas, o que leva as pessoas a acreditarem estar vivendo em uma sociedade blindada.

Esta tendência pode ser constatada na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Rússia, na África do Sul e no Brasil. Isso vem acontecendo no mesmo compasso do aumento da distância que separa os mais ricos dos mais carentes.



A maneira de entender o crime afeta diretamente as políticas de segurança pública desenvolvidas para combatê-lo.

Se o crime for visto como produto da privação ou da desorganização social, as políticas podem ser direcionadas à redução da pobreza e ao fortalecimento dos serviços sociais. Se a criminalidade for vista como um ato de livre escolha dos indivíduos, as tentativas de se opor a ela ganharão outros contornos.

Na Sociologia é forte a idéia de que a desigualdade social associada aos valores apresentados e a injustiça social são fatores importantes na geração da criminalidade. Onde há riqueza e opulência convivendo lado a lado com a miséria, aumenta a frustração, a angústia, o sentimento de privação e o ódio, que destroem o sentimento de solidariedade do indivíduo, levando-o à violência.

O novo profissional da segurança pública que serve à comunidade precisa aprender com ela a ser responsável por ela, como co-produtores da prevenção do crime. A modernização das instituições públicas se deve à imposição de uma crescente exigência social por uma maior excelência na prestação de serviços públicos.

O momento é extremamente oportuno para que seja repensado o papel que o policiamento exerce na sociedade contemporânea. O desvio pode ser entendido também como uma função necessária na sociedade, pois ele age como uma força inovadora, que gera mudanças.

3.3 Crime organizado

Uma outra forma de desvio ou crime, mais complexa e que tem tirado o sono das autoridades de segurança, é o **crime organizado**. Por crime organizado pode ser entendido qualquer bando ou quadrilha que tem uma ação criminal eficaz.

Caso ocorra um assalto a banco e o lucro dos assaltantes seja considerado alto, as manchetes dos jornais dirão que foi uma ação do crime organizado. Como podemos citar os atentados a postos da Polícia Militar em São Paulo, e no Rio. Além disso, o Comando Vermelho o PCC são taxados de organização criminosa. (OLIVEIRA, 2006).

A construção do conceito do que é crime organizado não é fácil. Aspectos econômicos e institucionais devem ser levados em consideração. Dentre essas características deve ser observado o modo de atuação dos atores na operacionalização dos atos criminosos, as estruturas de sustentação e ramificações do grupo, as divisões de funções no interior do grupo e o seu tempo de existência.



Existem organizações que atuam apenas em nível local, sem conexão com outros grupos no âmbito nacional ou internacional. Existem, também, as organizações que são transnacionais.

Os especialistas do Fundo Nacional Suíço de Pesquisa Científica afirmam que existe crime organizado, especificamente o transnacional, quando uma organização tem o seu funcionamento semelhante ao de uma empresa capitalista, pratica uma divisão muito aprofundada de tarefas, busca interações com os atores do Estado, dispõe de estruturas fechadas, concebidas de maneira metódica e duradoura, e procura obter lucros elevados. Para as Nações Unidas, organizações criminosas são àquelas que possuem vínculos hierárquicos, usam da violência, da corrupção e lavam dinheiro. (OLIVEIRA, 2006).

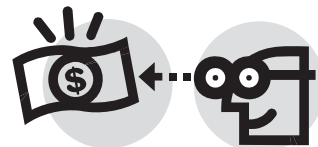
O Federal Bureau of Investigation (FBI) define crime organizado como qualquer grupo que tenha uma estrutura formalizada cujo objetivo seja a busca de lucros por meio de atividades ilegais. Esses grupos usam da violência e da corrupção de agentes públicos.

Partindo da literatura a respeito do crime organizado, segundo Oliveira (2006), podem-se identificar as características mais apontadas: planejamento empresarial, antijuridicidade, diversificação de área de atuação, estabilidade dos seus integrantes, cadeia de comando, pluralidade de agentes, compartimentação, códigos de honra, controle territorial, fins lucrativos, práticas de atividades ilícitas, atividade clandestina, hierarquia organizacional, previsão de lucros, divisão do trabalho, uso da violência, simbiose com o Estado, mercadorias ilícitas, planejamento empresarial, uso da intimidação, venda de serviços ilícitos, relações clientelistas, presença da lei do silêncio, monopólio da violência, controle territorial.

Uma das características do crime organizado, segundo Oliveira (2006), é buscar apoio para a sua atuação no âmbito das instituições do Estado. Elas contam com a corrupção do Judiciário e do aparelho político, têm como engrenagem o sistema capitalista.

Por meio dos benefícios do capitalismo, como, por exemplo, a interação dos mercados financeiros, é possível tornar as atividades das organizações criminosas bastante lucrativas.

A interação dos mercados financeiros proporciona a lavagem de dinheiro.



As divisões de funções e a presença da hierarquia têm funcionamento parecido com uma empresa capitalista, onde funções são estabelecidas para cada um de seus integrantes obedecendo ao princípio da hierarquia. As atividades das organizações criminosas precisam dos atores estatais para ser lucrativa e ter uma vida durável, elas são a película cinzenta do Estado. (OLIVEIRA, 2006).

Assim, pode-se afirmar que o crime organizado caracteriza-se por ser um grupo de indivíduos que têm suas atividades ilícitas sustentadas por atores estatais (por meio do oferecimento de benesses ou atos de cooperação), em que os sujeitos do crime desenvolvem ações que exigem a presença do mercado financeiro para que isso possibilite, também, a lavagem de dinheiro e, conseqüentemente, a lucratividade do crime.



As estruturas do crime organizado, por mais incrível que possa parecer, são o poder institucional (Estado) e o econômico, pois elas precisam desses poderes para sobreviverem e, por conseqüência, serem lucrativas.

Determinadas organizações possuem um maior poder de influência e, conseqüentemente, um sustentáculo mais rígido, são mais difíceis de serem combatidas do que outras, nos âmbitos econômico e institucional. Além disso, a lavagem de dinheiro não é praticada por toda organização criminosa. Isto é, a lucratividade da atividade criminal da organização pode não ser tão alta para possibilitar a lavagem de dinheiro.

O crime organizado, segundo Oliveira (2006), pode ser identificado nas suas diferentes modalidades de atuação, conhecidas do público:

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------------|
| ■ tráfico de drogas; | ■ fraudes financeiras; |
| ■ roubos de cargas; | ■ falsificação de remédios; |
| ■ fraudes em licitações públicas; | ■ contrabando; |
| ■ tráfico de órgãos; | ■ sonegação fiscal; |
| ■ tráfico de seres humanos; | ■ roubos a bancos; |
| ■ furto e roubo de veículos; | ■ seqüestros; |
| ■ jogo do bicho; | ■ grupo de extermínio.; |
| ■ lavagem de dinheiro; | ■ venda de sentenças judiciais. |

Há bem pouco tempo atrás, a violência materializada por meio do crime e do crime organizado, parecia estar um tanto distante do nosso cotidiano. À medida que os dias passam, percebemos essa realidade mais próxima da nossa casa, da nossa família. Você já se deu conta disto?

Seção 4 - Agrupamentos ou grupos sociais: agregados sociais, movimentos sociais

Você deve estar se perguntando, mas estes termos, agrupamentos sociais, grupos sociais, agregados sociais e movimentos sociais não são todos sinônimos?

De fato, grosso modo, esses termos são utilizados na Sociologia com significados iguais ou semelhantes. Os movimentos sociais são tratados com uma distinção um pouco maior, como veremos no desenvolvimento da seção.

Quanto aos demais termos, a maioria dos sociólogos prefere utilizar grupos sociais com o mesmo significado de agrupamento, inclusive a sociedade é entendida como um agrupamento de pessoas.



Considerando esta problemática, preferimos utilizar a designação de grupos sociais, para seguir uma tendência maior e de uso mais comum.

Os grupos sociais constituem uma das primeiras preocupações sociológicas por caracterizarem as primeiras práticas de vivências coletivas do ser humano. No decorrer da sua existência, os homens formaram comunidades baseadas em um interesse comum: rebanho primitivo, clã, tribo, família, parentesco, aldeia, oficina artesanal, etnia, coletividade, igreja, etc. Esse interesse pode ser apenas social, econômico ou sócio-econômico.

A comunidade é a célula básica da sociedade humana, pequeno organismo, mas com fortes laços no seu funcionamento interno, que se manifestam sob a forma de conteúdo social e individual. Os seus componentes identificam-se pelas mesmas motivações e responsabilidades na atividade conjunta. Este é um aspecto fundamental para entender o sistema comunitário.

Podem ser considerados como grupos sociais aquelas pequenas organizações de indivíduos que, possuindo objetivos comuns, desenvolvem ações na direção desses objetivos. Para garantir essa organização, possuem normas como forma de pressionar seus componentes a seguirem um funcionamento determinado, com tarefas e funções distribuídas, cooperação e/ou competição. Sempre têm um líder mais ou menos formalizado e apresentam aspectos que atraem os indivíduos, impedindo que abandonem o grupo.

Por grupo social, conforme abordagem sociológica, pode ser entendida também uma coletividade humana cuja existência manifesta-se por alguns fatores que caracterizam a sua dinâmica. De acordo com ZANELLA *et al* (2006), são eles:

- a existência entre os seus componentes de objetivos e motivações, que assumem a forma de conteúdo socialmente valioso para o exercício de uma atividade contínua e conjunta, localizada num determinado tempo e espaço;
- padrões próprios de conduta e uma coesão que assegure a formação de relações interpessoais e a integração dos seus membros no grupo;
- responsabilidades comuns pelos resultados de ações conjuntas;
- formas de circulação da comunicação;
- estrutura identificada com o conjunto de funções assumidas pelo grupo;
- organização que implica a definição de um aparelho de orientação e controle.

A responsabilidade de velar pelo cumprimento das funções de comando é atribuída a um líder, que assume o topo da hierarquia, e a quem os demais membros reconhecem ou aceitam o direito de tomar as decisões que afetam os interesses do grupo. Em muitos casos, a figura do líder limita-se a representar o grupo.

A outra denominação é **agregado social**. O termo agregado é utilizado por alguns sociólogos para designar uma reunião de pessoas, sem uma organização muito formal, que, apesar da proximidade física, têm um mínimo de comunicação e de relações sociais.

Normalmente, destacam-se como características certo anonimato, limitado contato social, insignificante modificação no comportamento dos componentes, uma localização espacial e, eventualmente, o fato de serem temporários. Entre os agregados mais comuns podemos considerar as manifestações públicas, agregados residenciais, funcionais e até grandes multidões de pessoas aglomeradas num determinado espaço.



Como vimos entre os clássicos da Sociologia, a sociedade, como toda a realidade, é necessariamente dinâmica, está sempre em processo. Indivíduos, grupos, categorias, agregados, subculturas, estratos sociais agem e reagem continuamente uns sobre os outros, em outras palavras, estão sempre em interação.

Movimentos sociais

Com o fortalecimento da idéia, identidade e atividades em grupo, na sociedade moderna surgiram os **movimentos sociais**. Hoje, temos movimentos sociais dos mais variados tipos e tamanhos. Os contemporâneos geralmente surgem com o objetivo de provocar mudanças em uma questão pública, como a expansão dos direitos civis para um segmento da população.



Em muitas situações, as leis ou políticas sofrem alterações em consequência da ação dos movimentos sociais. Essas mudanças podem produzir efeitos de amplo alcance, como veremos a seguir.

Nas últimas três décadas, houve uma explosão de movimentos espalhados pelo mundo inteiro. Essa diversidade de movimentos – os que lutavam por direitos civis, os feministas, os ecológicos, os anti-nucleares, os que lutavam pelos direitos dos homossexuais – estes são denominados também de novos movimentos sociais.

Muitos pesquisadores acreditam que os novos movimentos sociais são um produto exclusivo da recente sociedade moderna, resultantes dos vários tipos de riscos que afetam as sociedades humanas.

Acreditam que as condições são propícias para estes movimentos, pois as instituições políticas são incapazes de lidar com os novos desafios: incapacidade de reagirem criativamente diante das ameaças do meio ambiente, dos perigos da energia nuclear e da manipulação genética, dos poderosos efeitos da tecnologia da informação.

Esses desafios traduzem uma sensação de falta de controle da vida em meio a mudanças aceleradas. Os indivíduos se sentem menos seguros e mais isolados, o que produz um sentimento de impotência num mundo sem controle. Cresce a noção de que a lógica da globalização trará riscos cada vez maiores à vida dos cidadãos.



Mais do que nunca, as pessoas estão participando ou apoiando os movimentos e organizações não governamentais como forma de reclamarem questões complexas e abrangentes, colocando-as no centro da vida da sociedade. Isto contribui, também, para revitalizar a democracia em muitos países, pois se encontra no coração de uma forte cultura cívica da sociedade civil.

Segundo Giddens (2005), duas das mais influentes forças das recentes sociedades modernas, a tecnologia da informação e os movimentos sociais, uniram-se produzindo resultados surpreendentes. Os movimentos sociais espalhados pelo globo conseguem se unir em imensas redes regionais e internacionais que abrangem organizações não-governamentais, grupos religiosos e humanitários, associações que lutam pelos direitos humanos, defensores dos direitos de proteção ao consumidor, ativistas ambientais e outros que agem em defesa do interesse público.

Essas redes eletrônicas de contatos agora têm uma capacidade nunca vista de reagir imediatamente aos acontecimentos, de acessar e compartilhar fontes de informação, além de pressionar corporações, governos e organismos internacionais.

A internet esteve na vanguarda dessas mudanças, embora os telefones celulares, o fax e a transmissão via satélite também tenham apressado sua evolução. Ao apertar de um botão, histórias locais são disseminadas internacionalmente, recursos são compartilhados, experiências são trocadas e as ações são coordenadas em conjunto.



A habilidade de coordenar campanhas políticas internacionais é a mais inquietante para os governos e a mais estimulante para aqueles que participam dos movimentos sociais. Os movimentos sociais internacionais apresentaram um crescimento constante com a difusão da internet, por meio dos protestos a favor do cancelamento da dívida do Terceiro Mundo, das campanhas pela proibição das minas terrestres explosivas, confirmando a capacidade de unir defensores além das fronteiras nacionais e culturais. Para alguns observadores, a era da informação está produzindo uma migração do poder dos Estados-nações às novas alianças e coalizões não-governamentais.

Existem os movimentos *on-line* que visam à difusão de informações sobre corporações, políticas de governos ou efeitos de acordos internacionais, para públicos que poderiam não estar a par desses assuntos.

Alguns governos, mesmo democráticos, consideram as guerras em rede uma ameaça assustadora. Um relatório do exército norte-americano afirma que: “uma nova geração de revolucionários, radicais e ativistas está começando a gerar ideologias da era da informação nas quais as identidades e as lealdades do Estado-nação podem ser transferidas para o nível transnacional da sociedade global”.

Parece que estes temores se justificam, pois existem, de fato, motivos que nos levam a acreditar que os movimentos sociais sofreram uma transformação radical nas últimas duas décadas.

Como os movimentos sociais aproveitam as instituições sociais e políticas existentes?

Seção 5 - Educação: mudanças no papel da educação, privatização da educação

Os debates em torno da educação precisam ser relacionados com contextos sociais mais amplos. A educação está ligada à esfera mais geral da sociedade, como seus modos de produção, organização social e relações de poder.

Nesta seção, buscaremos discutir as mudanças na educação como processos sociais mais amplos. Vamos começar?

Você sabia que já passou mais de 8.800 horas em sala de aula?

Esse é o tempo médio para concluir o ensino fundamental e médio no Brasil. (BRYN, 2006). Se hoje nos países industrializados a educação formal é algo trivial, demorou muito para o surgimento desse modelo de instrução.



Você Sabia?

Se voltarmos um pouco no tempo, o cenário que encontramos é totalmente diferente. Há apenas 30 anos, grande parte da população do mundo era analfabeta. Antes da criação da imprensa, em 1454, os livros eram copiados a mão, sendo, conseqüentemente, raros e caros.

Durante séculos, a educação ficou restrita a um pequeno grupo de nobres e aristocratas, essas classes contratavam tutores para ensinar seus filhos a ler, escrever, obter noções de geografia, história, filosofia e artes; além do ensino do comportamento em público e do vestir-se adequadamente.

Estudos mais aprofundados só seriam necessários aos que seguissem as carreiras jurídicas e o estudo da teologia. A leitura não era uma atividade necessária no cotidiano de muitas pessoas, os costumes locais eram transmitidos através das gerações e os contos e lendas eram preservados pela narração de histórias. Em 1860, mais de 30% dos franceses e 80% dos espanhóis não sabiam ler.

Há apenas cem anos, a maior parte da população mundial não havia freqüentado os bancos escolares. Mesmo em 1950, estima-se que somente 10% dos países no mundo possuíam um sistema educacional de massa. (BRYN, 2006)

A situação, hoje, é bastante diversa. O início dessa mudança no sistema educacional adveio com o processo de industrialização e a expansão das cidades. Com o desenvolvimento da industrialização, houve demanda para ensino especializado com vistas a formação de mão-de-obra instruída. À medida que a **divisão social do trabalho** foi se expandindo o trabalho foi se afastando cada vez mais do ambiente doméstico, com isto, era impossível que os filhos aprendessem as atividades laborais com os pais.

Atualmente, na Europa, a taxa de alfabetização é de praticamente 100%. O Brasil ainda está longe dessa realidade, até o ano de 2002, 11,8% da população adulta eram analfabetos, mas se compararmos com os 75% de analfabetos que tínhamos em 1920, percebemos um avanço considerável.

Hoje quase todos os países têm sistemas educacionais de massa. No Brasil, de acordo com o último Censo do IBGE, 54,7% das pessoas com mais de 19 anos têm cinco anos ou mais de estudo.

Nos últimos anos, houve um esforço para a universalização da educação no Brasil, como resultado, temos que a taxa de alunos no ensino fundamental já ultrapassa 97%, ou seja, quase todos as crianças de 7 a 14 anos estão hoje na escola, como pode ser visto na tabela que segue.

Você lembra desse conceito? Ele foi desenvolvido por Durkheim, estudado na unidade 2.

Tabela 6: Taxa de atendimento escolar no Brasil, 1980 e 2003.

Nível de ensino	1980	2003
Pré-escola/Educação Infantil	15,2	68,4
Ensino Fundamental	67,2	97,2
Ensino Médio	48,6	82,3

Fonte: Atlas Racial Brasileiro (2004, apud BRYN, 2006, p.413).

Diferentemente da Europa, a democratização do ensino na sociedade brasileira ocorreu de modo bastante lento no decorrer do século XX. Podemos definir que a primeira fase desse processo teve início somente na década de 1930, com o processo de industrialização impulsionado no Brasil.

É desse período a criação das primeiras universidades brasileiras, a Universidade do Brasil, de 1926, e a Universidade de São Paulo, de 1934. Mas esse impulso ao ensino ficou basicamente restrito às zonas urbanas da região Sudeste. Somente a partir de 1970 pode-se falar em democratização do ensino em todas as regiões brasileiras.

No entanto, ainda hoje há diferenças entre a qualidade do ensino nas regiões brasileiras. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2003 aplicou uma prova de leitura aos alunos do 4º ano do ensino fundamental, sendo que a escala de desempenho varia de 0 a 375 pontos. Os resultados, expressos na tabela que segue, mostram que há consideráveis diferenças regionais. Além disso, os alunos das escolas particulares, em todas as regiões, obtiveram melhor desempenho.

Tabela 7: Desempenho médio na prova de Leitura para o 4º ano do ensino fundamental, segundo dependência administrativa.

	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	169,9	167,60	214,7
Norte	158,0	154,8	200,6
Nordeste	155,0	143,8	202,7
Sudeste	175,7	175,7	223,3
Sul	183,3	170,9	219,1
Centro-Oeste	171,1	163,2	212,5

Fonte: Inep, Saeb (2003, apud BRYN, 2006, p.417).

Por que será que há tanta diferenciação entre alunos de escolas públicas e privadas?

Um dos fatores apontados por Bryn (2006) é que, dependendo do município, as escolas públicas ou privadas podem pagar a seus professores salários mais baixos e, como consequência, terem professores menos qualificados.

A composição social da escola afetaria também a qualidade da educação. Outro fator que precisa ser considerado é o que o sociólogo Pierre Bourdieu chamou de **capital cultural**. Para ele, o espaço social (inclusive a escola) é construído de modo que os agentes desse grupo são distribuídos de acordo com sua posição social, de acordo com princípios de diferenciação. Os mais importantes, nessa distinção, são o capital econômico e o capital cultural.

Por capital econômico pode-se entender a renda, o dinheiro, os bens. O capital cultural refere-se a sinais de *status*, como atitudes, preferências, comportamentos, que são utilizados para distinguir os grupos. As pessoas que têm muito capital cultural tendem a ter gostos considerados “sofisticados”. O capital cultural é repassado por diferentes agentes de socialização, como família, amigos e escola. E acabam reproduzindo as desigualdades.



E como a escola faz isso?

Certamente não de maneira explícita, mas as escolas reforçam as desigualdades ao adotar como padrões de excelência aqueles derivados de classes dominantes. Assim, as crianças que pertencem a classes mais altas já iniciam na escola com atitudes que serão positivamente valorizadas pelos professores. Por outro lado, crianças de classes mais baixas sofrem um baque cultural muito mais forte, tendo, inclusive, diferenças na maneira de falar e agir em relação aos professores.

Outro ponto levantado por sociólogos é que expectativas baixas em relação aos alunos geralmente levam a baixos desempenhos. Uma pesquisa mostra que nos Estados Unidos crianças brancas e negras ingressam na vida escolar com resultados de desempenhos

bastante semelhantes. Mas no decorrer da vida escolar as crianças negras ficam com menor desempenho em relação às brancas. É bastante evidente que algo acontece na escola que leva a esse distanciamento entre os dois grupos.

Alguns autores sugerem que isso se deve à “profecia auto-realizadora”, isto é, a expectativa de que estudantes de grupos minoritários, ou classe baixa, terão baixo desempenho faz com que professores não os tratem com boas perspectivas, o que leva que se sintam rejeitados pelo professor, fazendo com que os alunos também venham a rejeitar primeiramente os professores, depois o sistema educacional e, por fim, a escola. No quadro a seguir reproduziremos um experimento desenvolvido nos Estados Unidos, que mostra como a “profecia auto-realizadora” pode afetar a vida educacional.



Você Sabia ?

Que em um estudo famoso, dois pesquisadores informaram aos professores de uma escola primária que iriam administrar um teste especial aos alunos para prever seu “desenvolvimento intelectual”. Na verdade, o teste era justamente um teste padrão de inteligência (QI). Após o teste, informaram aos professores quais alunos eles poderiam esperar que se tornassem grandes empreendedores e quais teriam um desempenho medíocre em suas vidas profissionais. De fato, os pesquisadores distribuíram os estudantes aleatoriamente nos dois grupos. No fim do ano, os pesquisados repetiram o teste de QI. Verificaram que os estudantes escolhidos como empreendedores obtiveram pontos significativamente mais altos do que os considerados medíocres. Uma vez que a única diferença entre os dois grupos de estudantes era a de que os professores esperavam que um grupo se saísse bem e o outro se saísse mal, os pesquisadores concluíram que a mera expectativa dos professores influenciaria o desempenho dos alunos (ROSENTHAL et JACOBSON, 1968). A clara implicação dessa pesquisa é a de que se um professor acredita que crianças pobres ou de minorias terão fraco desempenho na escola as chances de que isso ocorra são muito grandes. (BRYN, 2006, p.117)

Privatização da educação

Como já apontamos anteriormente, escolas públicas vêm obtendo desempenhos menores em testes de leitura. Em muitas regiões, estudantes e pais se mostram insatisfeitos com a educação nas escolas públicas, enquanto os professores reclamam de turmas com excessivo número de alunos, baixos salários e má condição de trabalho. Como em outras esferas da vida contemporânea, a educação tem sofrido influências decisivas do mercado.

A mercantilização é mais uma das faces das pressões da globalização por redução de custos. Escolas e universidades passam por “reestruturações” semelhantes às vivenciadas nas empresas privadas.

Para alguns defensores da privatização do ensino, o controle privado de escolas é o melhor caminho para melhorar a qualidade educacional. Para esse grupo, se as forças de mercado assumirem o controle da administração da educação, as escolas com desempenho ruim seriam fechadas e reabertas com projetos mais adequados. Seguindo as regras da livre concorrência, pais e filhos escolheriam as melhores escolas e todas teriam de se aperfeiçoar na busca de melhores resultados, tal como acontece nas empresas privadas.

Mas podemos afirmar que essa análise é por demais simplista, exatamente por desconsiderar as razões que levam as escolas a não terem desempenhos satisfatórios. De acordo com Giddens. (2006, p. 41):

Em muitas escolas que produzem resultados ruins (de acordo com indicadores padronizados), os alunos chegam com habilidades limitadas e mal preparados em disciplinas centrais. Os níveis de pobreza e privação são altos em muitas das comunidades onde essas ‘escolas reprovadas’ estão situadas. Muitas vezes, toma-se o tempo da aula para resolver as dificuldades pessoais e familiares dos alunos; além de ensinarem, os professores também dão conselho. O comportamento violento e destrutivo não é incomum. **Aqueles que se opõem aos esquemas de privatização argumentam que uma reforma educacional de verdade precisa estar relacionada à assistência à pobreza, aos programas de combate ao racismo, à melhoria nas instalações escolares e à expansão dos serviços sociais na comunidade.** (Grifos nossos)

Além disso, há poucos indícios de que empresas com fins lucrativos estejam produzindo resultados melhores em termos educacionais. A privatização da educação é mais um dos sinais de triunfo da sociedade de mercado que estamos presenciando.

Você passará agora para o estudo de um outro assunto relacionado à educação, que é de difusão de informações.

Seção 6 - Mídia e as comunicações de massa: jornais, televisão e internet

Como você usa seu tempo? Em quais atividades você “consome” as 168 horas que compõem uma semana? Aposto que sua resposta girará em torno do trabalho, estudo, sono, alimentação, não é mesmo?

E se dissessemos que você gasta mais da metade do seu tempo interagindo com os meios de comunicação de massa? Acharia essa colocação um exagero, não é mesmo?

Mas de acordo com os indicadores da NOP, *World Culture Score* (apud BRYN, 2006), reproduzidos na tabela que segue, o brasileiro gasta, em média, 51,3 horas interagindo com meios de comunicação massa. Significa que pessoas como você utilizam 57,4% do tempo que ficam acordadas assistindo TV, ouvindo rádio, indo ao cinema, lendo revistas e jornais, ouvindo *cds* e acessando a internet. (BRYN, 2006).

A tabela seguinte também mostra o uso médio de tempo gasto pelas pessoas lendo livros e jornais, assistindo TV, ouvindo rádio e acessando a internet. Note que, em termos globais, as pessoas assistem TV 16,6 horas semanais, 8 horas semanais ouvem rádio, 6,5 horas semanais lêem livros, revistas e jornais e 8,9 horas semanais acessam a internet.

Tabela 8: Número médio de horas semanais gastas com os meios de comunicação de massa – países selecionados, 2005.

Televisão		Rádio		Leitura		Internet*	
Tailândia	22,4	Argentina	20,8	Índia	10,7	Taiwan	12,8
Filipinas	21,0	Brasil	17,2	Tailândia	9,4	Tailândia	11,7
Egito	20,9	África do Sul	15,0	China	8,0	Espanha	11,5
Turquia	20,2	Rep. Tcheca	13,5	Filipinas	7,6	Hungria	10,9
Indonésia	19,7	Tailândia	13,3	Egito	7,5	China	10,8
Estados Unidos	19,0	Turquia	13,3	Rep. Tcheca	7,4	Hong Kong	10,7
Taiwan	18,9	Polônia	12,5	Rússia	7,1	Polônia	10,6
Brasil	18,4	Hungria	12,1	Suécia	6,9	Turquia	10,6
Reino Unido	18,0	Alemanha	11,5	França	6,9	Brasil	10,5
Japão	17,9	Austrália	11,3	Hungria	6,8	Egito	10,3
Arábia Saudita	17,7	México	11,1	Arábia Saudita	6,8	Filipinas	9,8
França	17,3	Suécia	10,9	Hong Kong	6,7	Coréia	9,6
Hong Kong	16,7	Reino Unido	10,5	Polônia	6,5	Arábia Saudita	9,3
Rep. Tcheca	16,2	Estados Unidos	10,2	Venezuela	6,5	África do Sul	9,0
Polônia	15,9	Espanha	9,9	África do Sul	6,3	Argentina	8,9
Espanha	15,9	Filipinas	9,5	Austrália	6,3	Rússia	8,9
China	15,7	Canadá	9,1	Indonésia	6,0	França	8,8
Coréia	15,4	Egito	9,0	Argentina	5,9	Reino Unido	8,8
Alemanha	15,2	França	9,0	Turquia	5,9	Estados Unidos	8,8
Hungria	15,1	Venezuela	7,6	Espanha	5,8	Canadá	8,3
Rússia	15,0	Itália	7,2	Canadá	5,8	Suécia	8,0
Itália	14,9	Rússia	6,6	Alemanha	5,7	Índia	7,9
África do Sul	14,8	Indonésia	5,8	Estados Unidos	5,7	Indonésia	7,7
Canadá	14,7	Hong Kong	5,1	Itália	5,6	Venezuela	7,5
Argentina	14,0	Taiwan	4,7	México	5,5	Austrália	7,0
Austrália	13,3	Japão	4,1	Reino Unido	5,3	Rep. Tcheca	7,0
Índia	13,3	Índia	4,1	Brasil	5,2	Japão	6,9
Média	16,6	Média	8,0	Média	6,5	Média	8,9

*Inclui apenas os que usam a internet para propósitos não profissionais.

Fonte: NOP World Culture Score Index (2005, apud BRYN, 2006, p.434).

E você? Qual a média de tempo que utiliza na interação com os meios de comunicação? Seria muito interessante fazer um registro de suas atividades em uma semana típica e ver onde você se encaixa. Será que você segue o padrão brasileiro?

Pense criticamente em sua relação com a mídia. Seu cabelo segue um padrão apresentado na novela, por exemplo? O estilo de suas roupas é o mesmo que aparece em séries de TV, ou filmes de Hollywood? As músicas que ouve são as mais tocadas nas estações de rádio? Seus ideais, sonhos e desejos vêm de onde? A maior parte da realidade que apreendemos nos é apresentada pela mídia.

Nesta seção, estudaremos as transformações que afetam os meios de comunicação de massa como parte integrante do processo de globalização. A expressão **meios de comunicação de massa** é ampla e se refere à imprensa escrita, à televisão, ao rádio, às revistas, ao cinema, à publicidade, aos *videogames* e aos *cds*.



As palavras mídia e meios podem ser usadas como sinônimo e ambas se referem ao processo de transmissão de comunicação para uma pessoa ou grupo de pessoas, que não é feito diretamente, ou face a face, mas necessita de tecnologia para mediar na transmissão de mensagens. A palavra massa significa que o meio atinge muita gente.

Jornais

Como seria o mundo sem meios de comunicação de massa?
Difícil de imaginar não é mesmo?

No entanto, eles são bastante recentes na história da humanidade. De acordo com Bryn (2006), o primeiro sistema de escrita surgiu no Egito e na Mesopotâmia há cerca de 5500 anos. Os jornais no formato moderno começaram a circular no século XVIII, e no século XIX a imprensa tornou-se de massa, com uma tiragem diária lida por milhares de pessoas.



Os jornais representaram um avanço para a mídia moderna, pois um só veículo conseguia concentrar assuntos da atualidade, entretenimento e bens de consumo, somando-se a isto a facilidade de reprodução.

Foi nos Estados Unidos que a população viu surgir a publicação do primeiro jornal com preços acessíveis a boa parte de seus moradores. Isto aconteceu no ano de 1830. O diário de “um centavo” foi originado em Nova York e rapidamente copiado em outras grandes cidades. No Brasil, foi somente com a chegada da família real, em 1808, que foi criada a Imprensa Régia Brasileira, e o primeiro jornal a circular foi a Gazeta do Rio de Janeiro, um órgão oficial da imprensa portuguesa. (BRYN, 2006).

Durante mais de meio século os jornais foram soberanos como principal forma de transmitir informação de maneira rápida e abrangente. A maior parte das mídias eletrônicas surgiram no século XX, o primeiro sinal de TV foi transmitido em 1925, quatorze anos depois foi criada a primeira rede de TV, nos Estados Unidos. A internet comercial é de 1991. Com o surgimento do rádio, do cinema, da televisão e da internet, os jornais diminuíram sua influência. (BRYN, 2006).

É possível que a comunicação eletrônica leve a uma diminuição na circulação de jornais impressos, as notícias estão agora disponíveis *on-line* e atualizadas constantemente, ou a “cada minuto”. A maior parte dos jornais de médio e grande porte tem suas versões eletrônicas, nas quais a maioria dos acessos são gratuitos, mas a quantidade de publicidade é elevada.

Televisão

Junto com a internet, a TV é o grande fenômeno dos meios de comunicação de massa nos últimos 50 anos. Como já afirmamos, é possível que uma criança que nasça hoje passe mais tempo de sua vida, quando acordado, em frente à TV do que fazendo qualquer outra atividade. Praticamente todos os lares brasileiros têm TV e ficam ligados mais de 5 horas diárias. O número de

canais de televisão vem crescendo com os avanços na tecnologia de satélites e cabos.



Com o advento da globalização, a televisão vem sofrendo mudanças importantes, fazendo com que programas de TV atinjam um nível mais global. Lugares em que o sistema de programas de televisão e o número de aparelho de TV eram baixos, como a antiga União Soviética, partes da África e da Ásia, por exemplo, nos últimos anos expandiram sua capacidade de transmissão, sobretudo, importando programas de outras redes de televisão. É bastante conhecido do público o sucesso das novelas brasileiras em países da África.

Muitas pesquisas têm sido desenvolvidas para tentar compreender os efeitos dos programas de televisão. Entre os tópicos mais pesquisados estão a forma de transmissão de notícias na TV. Como uma grande parte dos indivíduos não tem o hábito da leitura de jornais impressos, boa parte da informação sobre o que acontece no mundo é recebido por noticiários da TV.

De acordo com Giddens (2005), as pesquisas mais conhecidas sobre o assunto são as desenvolvidas pelo *Glasgow Media Group* (Grupo de Mídia de Glasgow), da Universidade de Glasgow. O grupo publicou uma série de livros sobre a apresentação de notícias. O primeiro é baseado na análise de noticiários, dos três canais de TV do Reino Unido da época, entre os meses de janeiro e junho do ano de 1975.

Nas palavras de Giddens. (2005, p.372):

O objetivo era oferecer uma análise sistemática e imparcial dos conteúdos das notícias e do modo como elas eram apresentadas. [...] *Bad News* conclui que as notícias sobre as relações industriais foram sempre apresentadas de maneira seletiva e tendenciosa. Termos como ‘desordem’, ‘radical’ e ‘greve inútil’ sugeriram visões anti-sindicalistas. Os efeitos da greves, provocando transtornos para o público, foram bem mais relatados que as suas causas. As imagens utilizadas faziam muitas vezes com que as atividades dos manifestantes parecessem irracionais e agressivas. [...] O livro também chamou atenção para o fato de que aqueles que constroem as notícias agem como ‘porteiros’ do que entra na agenda – em outras palavras, tudo o que o público ouve.

Com um conteúdo tão controverso, esse livro foi motivo de intensos debates. Alguns pesquisadores acusaram o grupo da Universidade de Glasgow de estarem sendo parciais, outra crítica afirmava que a pesquisa não era confiável, pois os cinco meses em que o grupo analisou os noticiários não foram representativos.

De qualquer forma, as pesquisas foram válidas no sentido de mostrar que as notícias jornalísticas não são apenas uma ‘descrição’ de um determinado fato, mas uma interpretação. E essa interpretação sobre a realidade é a que é mostrada ao público.

Internet

A internet é um novo fenômeno de mídia, não se sabe exatamente o número de pessoas que a utilizam, mas há estimativas de que mais de 100 milhões de pessoas espalhadas no mundo inteiro podem acessá-la. Seu crescimento é de aproximadamente 200% em cada ano, desde 1985. O acesso à internet é extremamente desigual tanto em termos de países, como regiões dentro do Brasil.

De acordo com o mapa da exclusão digital da Fundação Getúlio Vargas (2002 apud BRYN, 2006), os Estados Unidos concentram 50 % dos usuários, mesmo tendo apenas 5% da população mundial; lá, 59,1% da população acessa à internet.



Pesquisa Google

No Brasil, apenas 7,1% da população são usuários da internet, o que significa 13,9 milhões de indivíduos com acesso à rede mundial de computadores. Há uma variação regional grande, com concentração de usuários, ou internautas, nas regiões urbanas do sudeste e sul do país.

A exclusão digital representa mais uma forma de exclusão, pois leva à desigualdade de oportunidades, já que o acesso a tecnologias de informação e comunicação foram as bases para a sociedade do conhecimento.

Outra forma de desigualdade de acesso à internet no Brasil está relacionada à questão de cor. Os dados do IBGE apontam que, em 2003, a cor “branca” representava 53,74% da população

brasileira, seguida de pardos – 38,45%, pretos – 6,21%, outras – 0,71%, amarela – 0,45% e indígena – 0,43%. Entre os que têm mais acesso à internet estão os amarelos, com 41,66%, seguidos dos brancos, com 15,14% de indivíduos conectados à rede; daí em diante estão os pardos, com 4,06%; pretos, com 3,97%; indígenas, com 3,72%; e outros, com 7,25%.

Com esses dados, podemos verificar que no Brasil um branco tem 168% a mais de chances do que um não branco de ter acesso à internet!

As implicações sociais da internet

Nesse momento de mudanças tecnológicas tão surpreendentes, ninguém sabe ao certo o que o futuro nos reserva. Alguns apontam os internautas como integrantes do “ciberespaço”, isto é, espaço de interação formado pela rede global de computadores que configura a internet.

Por vezes, parece que no ciberespaço a mensagem é mais importante que as pessoas, pois sem a identificação do usuário não há como saber se nos comunicamos com mulheres, homens, ou em qual lugar do mundo essa pessoas está. Giddens (2006, p.382) fala de um famoso cartum, sobre a internet, no Reino Unido. O cartum traz um cachorro sentado na frente de um computador e a seguinte legenda: “O melhor da internet é que ninguém fica sabendo que você é um cachorro.”

A internet trouxe novos desafios de interpretação para os sociólogos. Há pesquisadores que a vêem de forma entusiástica, apontando que no mundo *on-line* há mais possibilidades de relacionamentos, pois o meio eletrônico complementaria as interações face a face.

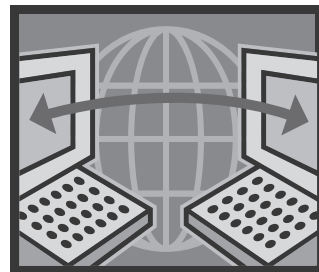
Como não considerar o sucesso de sites de relacionamento como o Orkut, que muitas vezes possibilita o reencontro de colegas antigos, promove encontros e agrupa pessoas com os mesmos interesses. Há também os teóricos, menos otimistas, que apontam que à medida que as pessoas dedicam mais tempo a comunicações *on-line*, elas estariam dedicando menos tempo a interações no mundo físico.

Outro problema que a internet promoveria seria a diminuição do limite entre trabalho e vida doméstica, já que muitos trabalhadores continuam nas suas casas acessando *e-mails* ou concluindo atividades pendentes reduzindo, assim, o tempo para contatos humanos.

Quais dos grupos de teóricos estão com a razão?

Possivelmente os dois e nenhum dos dois, ou seja, existem fundamentos de verdade nas duas análises, mas nenhuma delas sozinha é capaz de interpretar essa realidade. A internet não é boa nem ruim.

Da mesma forma que ocorreu anteriormente com o advento da TV, a internet provoca temores e esperanças. Até o momento, temos indicadores que não seremos “tragados” do mundo real para o mundo virtual.



Você acaba de concluir a última unidade desta disciplina. Ao estudá-la você pôde ampliar a concepção sociológica de temas relevantes da sociedade contemporânea. Você pôde compreender o processo de globalização da sociedade e suas influências na vida cotidiana e identificar as correlações existentes entre os problemas da desigualdade e dos antagonismos sociais e o processo de globalização. Pôde entender a influência da educação e da mídia nas concepções de mundo e também identificar perspectivas e projeções para a vida social cotidiana das próximas décadas.

[illegible]



Atividades de auto-avaliação

Ao final desta última unidade, você está convidado a registrar algumas reflexões como forma de avaliar-se a respeito dos conteúdos estudados.

1. Se as novelas e os filmes fossem as únicas fontes de informação, de que maneira a visão que você tem do Brasil estaria próxima da realidade? Essa visão seria incompleta e distorcida? Explique.

2. Em que aspectos você se sente participante do processo de globalização ou pertencente à sociedade globalizada? Desenvolva uma reflexão e registre.



Saiba mais

Aprofunde seus conhecimentos sobre esta unidade, lendo os textos indicados a seguir.

- BRYN, Robert [*et al*] **Sociologia**: uma bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Crise e transição nas relações internacionais**. Porto Alegre, 11 de julho de 2005. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/2005/07/11/000.htm>>. Acesso em: 08 jan, 2007.



Para concluir o estudo

Esperamos ter alcançado nosso objetivo inicial – que é ao mesmo tempo simples e complexo. Desde o início, buscamos possibilitar que você percebesse o caráter construído da sociedade. Isto significa compreender que os problemas/dilemas que enfrentamos cotidianamente não são causados apenas por fatores físicos e emocionais, mas também sociais.

A Sociologia possibilita que percebamos as causas que estruturam nossas vidas, como nossa forma de trabalhar, estudar e amar. Com isso, essa disciplina nos mostra que a sociedade possibilita algumas escolhas e outras não. Nos mostra que não somos totalmente livres, nem totalmente prisioneiros de uma ordem social, já que não há cristalizações nas relações sociais.

Assim, temos a possibilidade de traçar nosso caminho e construir nossas vidas de modo melhor que as gerações passadas. Por exemplo, se o sistema capitalista é excludente, não existe em função da “natureza” do homem, esse modelo de produção foi criado e é constantemente recriado por nossas ações e escolhas. Se as mulheres ainda sofrem discriminação social, isto não se deve ao caráter intrínseco do feminino, mas das construções de gênero.

Enfim, esperamos que esse livro possibilite perceber que você é produto e produtor da sociedade.

Referências



ANDRIOLI, Antonio Inácio. O retorno da xenofobia. **Revista Espaço Acadêmico, S. 1.**, , n.13, Ano II, jun. 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli1.htm>. Acesso em: 07 jan 2007.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRYN, Robert [*et al*] **Sociologia**: uma bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Learning, 2006

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1998.

BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e Direitos Humanos**. Disponível em: www.dhnet.org.br. Acesso em: 09 jan. 2007.

CASTRO, Ana M.; DIAS, Edmundo F. (orgs.). **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Moraes, 1992.

COHN, Gabriel, (org.); FERNANDES, Florestan(coord.). **WEBER**. São Paulo: Ática, 1997. Coleção Sociologia.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

DEMO, Pedro. **Sociologia**: uma introdução crítica. São Paulo: Atlas, 1989.

DIGGINS, John Patrick. **Max Weber**: a política e o espírito da tragédia. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

_____. **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FIORANTE, Eduardo. **Modos de produção e relações de trabalho**. São Paulo: Eumed, 1978.

FREITAG, Bárbara. A questão da moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 1, n. 2, 2º semestre, 1989. p. 7 – 44.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1987.

GERTH, H.H.; MILLS, C. Wright (Organização e introdução). **Max Weber: ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos: S. A., 1982.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia: uma breve porém crítica introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

_____. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Carlos Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

HARNECKER, M. **Los conceptos elementares del materialismo histórico**. S. l.: Siglo 21, 1972.

LARA, Yoandris Sierra. **La transición al socialismo en las condiciones del capitalismo subdesarrollado contemporáneo**. México: ULM, 2005.

MARX, K. **O Capital**. 7. ed. Resumida por Julian Borchardt. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARSEVAL, Geneviève Delaisi de. **La Part du Père**. Paris: ÉDITIONS DU SEUIL, 1981

PASTORE, José. **A gangorra social brasileira**. Disponível em: <<http://www.josepastore.com.br/artigos/emprego/081.htm>>. Acesso em: 3 jan. 2007.

PERCÍLIA, Eliene. **O que é xenofobia?** Equipe Brasil Escola.com. Disponível em: <http://www.brasilescola.com/doencas/xenofobia.htm>. Acesso em: 07 jan. 2007.

PICCININI, Valmiria Carolina; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. Emprego e empregabilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, VIII, 2003, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: PROLAM/FEA/USP/

ABET, 2003. p. 215-229.

PIERRET, Janine. Elementos para reflexão sobre o lugar e o sentido da sexualidade na sociologia. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 115 - 200.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, MARIA L.O.; OLIVEIRA, Márcia G. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1999. Col. Primeiros Passos.

RODRIGUES, José Albertino; FERNANDES, Florestan. **DURKHEIM**. São Paulo: Ática, 1988. Coleção Sociologia.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos**. Lisboa: Porto, 2004.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**. Itajaí: Univali/ Edifurb, 2001.

TAMANINI, Marlene; AMORIM, Tade -Ane de. **Sociologia**. Palhoça: UnisulVirtual, 2003.

TORRES, David; LONGO, Moacir. O Desemprego no Brasil e no mundo. In: _____. **Reformas para o desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: SINAFRESP, 2003. Disponível em: <www.library.com.br/Reforma/Pg021Desemprego.htm>. Acesso em: 30 dez. 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. **A revolução russa**. São Paulo: Atual, 1988

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Crise e transição nas relações internacionais**. Porto Alegre, 11 de julho de 2005. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/2005/07/11/000.htm>. Acesso em: 07 jan. 2007.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 14. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.

_____. **Sobre as teorias das ciências sociais**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 1994. VI.

_____. **Ciência e Política duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1993.

_____. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. Parte 1

Sobre os professores conteudistas



Jacir Leonir Casagrande

Doutor em Ergonomia (UFSC, 2002), Mestre em Ciências Sociais - Sociologia (UFSC, 1991), Especialista em Sociologia Política (UFSC, 1988), Graduado em Ciências Sociais (FEBE, 1983).

Tem experiência na docência de graduação e pós-graduação desde 1989, ministrando disciplinas de Sociologia, Metodologia Científica e da Pesquisa, Relações Humanas, Ergonomia Organizacional, Prática de Análise Ergonômica, Metodologia do Ensino Superior, Sociologia Organizacional.

É professor tutor na UnisulVirtual desde 2004, além de professor conteudista, como co-autor dos livros de Metodologia da Pesquisa, Metodologia para a Prática Pedagógica e Metodologia de Ensino Superior.

Atualmente, está vinculado às áreas de Ciências Humanas e Sociais, da Saúde e Tecnológica como professor de Sociologia, Metodologia da Pesquisa e Ciência e Pesquisa. Orienta alunos do Mestrado em Psicopedagogia.

Tade-Ane de Amorim

Mestre em Sociologia Política (UFSC, 2001) graduada em Ciências Sociais (UFSC, 1999). Atualmente, é aluna do Programa de Doutorado em Sociologia Política na UFSC.

Desde 2001, é professora de Sociologia na UNISUL. Atua como professora tutora da UnisulVirtual desde 2003 e já atuou como co-autora no livro de Sociologia.

Respostas e comentários das atividades de auto-avaliação



Confira se sua resposta atingiu a expectativa desejada. Se você ficou muito distante da resposta, reveja o conteúdo. Sugerimos que não passe adiante sem ter se apropriado do assunto:

Unidade 1

1. Faça uma visita ao supermercado, observe atentamente alguns aspectos e estabeleça uma relação com os conteúdos que você aprendeu nesta unidade.

Aqui você deve compreender como é possível analisar nossas ações cotidianas com a referência da Sociologia. Procure verificar que os supermercados trabalham com produtos de vários países. Também perceba que a disposição dos produtos é pensada para que os consumidores levem vários itens para casa, entre tantas outras considerações que podem ser feitas.

2. Imagine-se desejando abrir um negócio próprio. Pode ser um restaurante, uma loja de artigos importados, uma clínica médica, um consultório odontológico, uma empresa de engenharia, etc. Descreva quais fatores da sociedade devem ser considerados para que isto ocorra. Pense em como a Sociologia poderia ajudar nessa análise.

No final desse exercício você deverá ter percebido como é necessário conhecer a sociedade para que seu negócio tenha sucesso.

3. Leia e analise o texto de Verdenal (1981, p. 216). Considere os argumentos construídos pelo autor e relacione o conceito de ordem com a sociedade contemporânea.

Nesta atividade, o importante é que você compreenda que, para Comte, a ordem deveria estar associada ao progresso. Na atualidade, ainda é bastante comum o entendimento de que a ordem é fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Unidade 2

1. Vamos estudar o conceito de fatos sociais, desenvolvido por Durkheim. Primeiramente, selecione um fenômeno social e verifique se ele se enquadra em um fato social. Para isto, é necessário que esse fenômeno tenha as três características apontadas por Durkheim, a saber, exterioridade, coercitividade e generalidade. Registre e explique suas considerações.

Envie para seu tutor a sua resposta, ele poderá lhe dizer se você selecionou um fato social ou não.

2. Mais uma vez, convidamos você a ler o texto de Alberto Tosi Rodrigues, apresentado no “para início de estudo”, desta unidade: Como DURKHEIM responderia às questões colocadas por Rodrigues?

Nesta atividade, é importante que sua resposta parta da relação de sociedade e indivíduo para Durkheim. Assim, você conseguirá responder que para Durkheim é a sociedade que faz o homem e que não temos muita liberdade, já que é a sociedade que determina as ações sociais.

3. Assista a uma novela na televisão. Observe como os homens e mulheres são representados (por meio das atitudes, das falas, das vestimentas; reações de outras pessoas em relação a eles). Escolha 3 personagens, um do sexo masculino, outro do sexo feminino e uma criança. Descreva o que você verificou em relação aos papéis sociais e compare com o conteúdo estudado nesta unidade.

Nesta atividade, o importante é que você perceba como homens, mulheres e crianças são apresentados de formas diferentes. Note se as mulheres aparecem limpando a casa, ou exercendo uma atividade profissional. Note se na conversa entre duas personagens o assunto se desenrola em torno de questões profissionais ou se referem a relacionamentos amorosos. Mantenha um olhar crítico e relacione com o que foi estudado.

4. Cite três exemplos de formas de controle social que ocorram por valorização de determinados comportamentos.

Os exemplos devem estar relacionados a comportamentos que são aceitos e valorizados socialmente. O importante é você perceber que a coerção social não se dá apenas de forma punitiva, mas por valorização de atitudes consideradas adequadas.

Unidade 3

1. Vários são os filmes disponíveis no mercado e nas bibliotecas de universidades que contribuem para um maior entendimento do que foi abordado nesta unidade. Dentre eles, destacamos: Tempos Modernos (de Charles Chaplin), A classe operária vai ao paraíso, Daens: um grito de justiça. Escolha e assista a um desses filmes e faça uma análise estabelecendo relações com o pensamento de Marx e dos outros autores abordados na unidade.

O filme Tempos Modernos, o mais conhecido, trata a realidade do mundo do trabalho de modo crítico e satírico. Os fundamentos críticos são os mesmos da abordagem marxista. Cabe a você fazer uma correlação identificando estes fundamentos. Os outros dois filmes apresentam situações e contextos diferentes, mas abordam a realidade de trabalho nas empresas modernas. Os trabalhadores se organizam, tomam consciência dessa realidade e, revoltados com o sistema de exploração no trabalho nas empresas, partem para o confronto, com manifestações, greves, atitudes até radicais. Tendo em mente essas realidades apresentadas pelos filmes, você pode desenvolver uma reflexão própria, com posicionamento e interpretação pessoal, mas sem esquecer da perspectiva apresentada por Marx.

Unidade 4

1. Leia novamente o texto de Alberto Tosi Rodrigues (2000, p.19), apresentado no para início de estudo da unidade 2 deste livro. Como WEBER responderia às questões colocadas por Rodrigues?

Sua resposta deve considerar que, em Weber, a ação social define a sociedade e os indivíduos agem movidos por valores. Desta forma, ele aponta que a margem de autonomia individual e também a liberdade está limitada pelo processo de racionalização e burocratização.

2. Vamos pensar no sistema de estratificação social no Brasil. Como estará o sistema de estratificação brasileiro nos próximos 10 anos? Ele será diferente do atual? Por quais razões?

Nesta atividade, é importante que você perceba que a estratificação social é fruto das relações sociais. Não é possível “prever” como essa situação estará no futuro, mas, a partir do presente, podemos projetar um cenário provável.

3. Em sua cidade há bairros considerados bons e ruins? Compare a quantidade e a qualidade de construções públicas como parques, escolas, hospitais, em dois bairros de sua cidade (um considerado bom e outro ruim). Como se dá a distribuição dessas construções públicas nos dois bairros? Você percebe a relação entre status econômico e construções públicas? Como se dá essa relação?

Aqui, é importante que você perceba que em bairros considerados “melhores” há uma maior concentração de bens públicos. Os investimentos públicos, muitas vezes, encontram-se quase que apenas nesses bairros, e um dos motivos pode ser a maior possibilidade de pressão política das classes médias e altas – moradores de bairros “melhores”- do que classes mais baixas.

Unidade 5

1. Como você, enquanto ser humano pertencente a uma sociedade, poderia interferir e fazer a diferença em uma era de riscos globais? Qual a sua contribuição para minimizar os problemas apontados?

Você deve levar em conta a sua vida cotidiana, identificar a presença dos aspectos de riscos globais no contexto da sua vida individual e coletiva situada num tempo e espaço. Pontue alguns desses problemas e indique quais seriam as possíveis contribuições que você, enquanto cidadão deste mundo, pode oferecer para que ele seja um pouco melhor. Solte o “verbo”.

Unidade 6

1. Se as novelas e os filmes fossem as únicas fontes de informação, de que maneira a visão que você tem do Brasil estaria próxima da realidade? Essa visão seria incompleta e distorcida? Explique.

Toda a realidade é apreendida de formas diferentes. Assim, sempre que se mostra um fato, é uma visão que está sendo passada. Neste exercício, note que as novelas, como os livros de romance, ou os filmes, são fragmentos da realidade.

2. Em que aspectos você se sente participante do processo de globalização ou pertencente à sociedade globalizada? Desenvolva uma reflexão.

Ser estudante universitário no Brasil é privilégio. O domínio do conhecimento é fundamental para inserir-se num mercado competitivo e globalizado. Entender-se como cidadão dessa sociedade é um primeiro passo para dela participar conscientemente. A ciência e a tecnologia mais a ação do ser humano produziram tudo o que está aí. E agora, o que fazer? Estes são alguns aspectos que você pode contemplar na sua reflexão.